***LEGAL DESIGN* E SEU IMPACTO NO DIREITO BRASILEIRO**

MATTE, Michele Kuchar[[1]](#footnote-1)

NOLASCO, Loreci Gottschalk[[2]](#footnote-2)

**Introdução:** As novas tecnologias cada vez mais impulsionam e alteram nosso modo de ver o mundo, desde os aplicativos com novas interfaces, uso de imagens, fotos, ícones e vídeos tornou-se uma nova linguagem. O Direito, conhecido popularmente como uma área de poucas mudanças ou de mudanças lentas, perderá espaço às novas formas de tecnologia? O Legal Design é o Design Thinking aplicado ao Direito, sua aplicação ao mercado jurídico surgiu a partir de iniciativa da Stanford Law School e d.school, nos Estados Unidos. Este novo meio é um método interdisciplinar para aplicar o design com o objetivo de prevenir ou resolver problemas. Para isso, ele prioriza o ponto de vista dos usuários das leis, não apenas os juízes, mas também cidadãos, consumidores e empreendedores.

**Objetivo:** Identificar, por meio do Legal Design quais os avanços relacionados ao Design Thinking e Visual Law e como ele pode alavancar o mercado do Direito, principalmente em como o conteúdo jurídico atinge as pessoas.

**Desenvolvimento:** O Direito é o centro da criação da arquitetura da informação, assim, ele é a base do conteúdo. O elemento legal é importante, mas não deveria ser visto como todo o “quebra-cabeça” que atinge os cidadãos, pois ele é apenas uma parte dele. Enquanto modelos e cláusulas de modelo geralmente são desenvolvidos por advogados, sendo necessários outros profissionais, como gerentes de negócios e até engenheiros, para lidarem com diversas informações e também com a construção do conteúdo (Haapio, Helena; Hagan, Margaret, 2016). Analisa-se, também, que diversas áreas preocupam como a experiência do usuário e interfaces e sistemas, todas essas partes têm impacto significante no entendimento final, pois as pesquisas e as práticas confirmam que pessoas que usam informações legais como documentos, serviços e políticas não se sentem como partes importantes do processo de criação do conteúdo (Legal Design Alliance). Margaret Hagan (2017) em seu texto de orientações “law+ design workbook”, traz um passo-a-passo simples para a compreensão, através do design thinking de como resolver problemas. O primeiro ponto deles, vem com a descoberta do “status quo”, como está o desenvolvimento, seja do projeto, da lei ou até mesmo do escritório, separando o que está se desenvolvendo bem, o que poderia ser melhor, o que está dando errado e o que pode dar errado, no futuro. Posteriormente, é necessário foco na pessoa, seja ele o cliente ou o possível usuário, estabelecendo seus problemas, valores e outras informações necessárias, como idade e trabalho, com isso, ocorrerá uma tempestade de ideias, com possíveis ações que solucionariam o problema do cliente ou usuário. Em seguida, é necessária uma análise para descobrir quais alusões podem ser utilizadas e com isso fazer um “protótipo” que possa ser testado. No Brasil, Visual Law, área direcionada a implementação de elementos visuais, já está sendo utilizada por alguns Tribunais de Justiça e inclusive o Ministério Público, um exemplo é uma ação civil pública produzida pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, utilizando um Storymap (AZEVEDO, 2020).

**Conclusão:** É possível observar que tal temática é cada vez mais essencial para o advogado do futuro, pois é uma questão interdisciplinar que tem como objetivo aumentar a compreensão dos usuários, ou clientes, sobre as leis, através tanto do design thinking como solução e facilitador para os advogados, quanto o visual law.

**Referências**

AZEVEDO, Bernardo de. **MPRJ adota elementos visuais em ações civis públicas.** 4 de agosto de 2020. <https://bernardodeazevedo.com/conteudos/mprj-adota-elementos-visuais-em-acoes-civis-publicas/>. Acesso Out. 2020.

HAAPIO, Helena; HAGAN, Margaret. **Design patterns for contracts**. Publishehd in Erich Schweighofer at. al (Eds.) Networks Proceedings of the 19th Internacional Legal Informatics Symposium Iris, 2016.

HAGAN, Margaret. **Law+Design workbook**, 2017.

LEGAL DESIGN ALLIANCE (LeDA). **The Legal Design**. Manifesto versão 2. <https://www.legaldesignalliance.org/#v2>. Acesso Out. 2020.

1. Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), U. U. Dourados/MS. [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutora em Biotecnologia e Biodiversidade pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Docente e Pesquisadora do quadro efetivo do Curso de Direito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail. lorecign@gmail.com [↑](#footnote-ref-2)